

NOTA DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO AO POSICIONAMENTO OFICIAL DO MOVIMENTO ACREDITO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Diante do posicionamento exposto pelo **Movimento Acredito** em suas redes sociais institucionais em defesa dos parlamentares que votaram a favor da Reforma da Previdência em trâmite no Congresso Nacional, nós, **voluntárias e voluntários subscritos do Movimento Acredito de São Paulo**, por meio da presente, nos manifestamos nos seguintes termos:

A. Do Posicionamento Adotado pelos Parlamentares Membros do Acredito

1. Como parte de um movimento *suprapartidário*, respeitamos a diversidade de opiniões das voluntárias e voluntários que compõem o **Acredito** em todo o país. Entendemos que, através do diálogo entre diferentes pontos de vista, e sempre com base em dados e evidências, podemos atingir consensos em comum, a despeito da preservação da discordância de quem pensa diferente.

2. Valorizamos o esforço de centenas de voluntárias e voluntários que se mobilizaram em seus núcleos e cidades para discutir e propor emendas que buscassem conciliar a necessidade de uma proposta fiscalmente responsável com os princípios da igualdade e da justiça social, tão caros ao movimento Acredito e à Constituição Cidadã de 1988. Reconhecemos os esforços dos parlamentares membros do **Movimento Acredito - Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tábata Amaral (PDT-SP)** - no sentido de humanizar e amenizar os pontos da Reforma da Previdência que as voluntárias e voluntários, em conjunto, identificaram como mais nocivos ao trabalhador brasileiro, principalmente pela apresentação de 10 emendas divulgadas amplamente nas redes sociais do Movimento (<https://bit.ly/2YUn9r0>).

3. Entretanto, entendemos que o texto base (PEC 06/2019) apresentado pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP) e posto em votação, a despeito dos esforços dos parlamentares membros do **Acredito** e de outros oriundos de diversos partidos, não contemplava os ideais de redução de desigualdades e combate a privilégios que entendemos serem prioridade em uma Reforma da Previdência justa e solidária.

4. Essa visão se deve, principalmente, mas não apenas:

- ao aumento do tempo de contribuição mínimo exigido para trabalhadores homens do regime geral (setor privado) para 20 anos (o que foi, posteriormente, afastado na votação dos destaques, mas valerá para os novos integrantes no regime geral);
- à exclusão do pagamento do abono salarial a quem ganha entre R\$ 1.364,43 e dois salários mínimos (R\$ 1.996) (posição reforçada na votação do destaque).
- à exclusão dos Estados e Municípios da Reforma, cujos servidores manterão seus privilégios;
- à manutenção de benefícios fiscais aos ruralistas;
- à manutenção de privilégios por parte de categorias profissionais, como os policiais federais;
- à fórmula de cálculo do benefício, que leva em consideração todas as contribuições do segurado, bem como exige 40 anos de contribuição para atingir 100% do benefício;

- à redução dos valores pagos a título de aposentadoria por incapacidade absoluta, nos casos de doença ou acidente estranho ao trabalho, que passa a ser proporcional ao tempo de contribuição;
- à redução dos valores pagos a título de pensão por morte, o que pode desamparar mulheres idosas que dependiam do benefício;

5. Sendo assim, por não acreditarmos que a Reforma da Previdência votada contempla de modo satisfatório as opiniões expressas pelas voluntárias e voluntários ou mesmo os ideais de redução de desigualdades e combate a privilégios que defendemos, **manifestamos nossa discordância em relação aos votos favoráveis dos parlamentares Tábata Amaral (PDT-SP) e Felipe Rigoni (PSB-ES).**

6. Vale ressaltar que as lideranças e as voluntárias e voluntários do movimento Acredito construíram diferentes espaços para debates, plenárias e notícias relacionadas à previdência que auxiliaram a formar o pensamento crítico. No entanto, não houve definição acerca de quais pontos discutidos deveriam necessariamente ser contemplados para definir o apoio ou não ao texto votado, o que deu margem ao posicionamento diverso dos subscritores desta nota e dos parlamentares.

7. Essa discordância não despreza o fato de que os parlamentares em questão lutaram para alterar a Reforma, antes e depois da votação do texto base. Entretanto, sustentamos nossa visão de que, mesmo com esses esforços, o texto final não se encontrava satisfatório a ponto de justificar o voto favorável. Portanto, colocamos nessa nota nosso descontentamento com o voto, com as justificativa e com o processo de decisão desse posicionamento.

B. Da Postura do Movimento Acredito diante da repercussão dos posicionamentos defendidos pelos parlamentares

8. Após a votação da Reforma, fomos surpreendidos por postagens elaboradas pelo **Núcleo Nacional/Comitê Estratégico do Movimento Acredito** em suas redes sociais nas quais eram defendidos, nominalmente, os parlamentares que votaram a favor da Reforma da Previdência, a despeito do conhecimento, por parte do Comitê, de que parte significativa das voluntárias e voluntários estavam insatisfeitos com o posicionamento adotado. Em desconexão com a base de voluntárias e voluntários, as postagens referidas geraram revolta, suscitaram a saída de muitas voluntárias e voluntários e envolveram o **Movimento Acredito** em disputas com quadros partidários.

9. As publicações no Twitter, Instagram e Facebook são decididas unicamente pelo **Comitê Estratégico** e há muito tempo as voluntárias e voluntários têm se queixado do caráter personalista e simplista de algumas das publicações feitas pelo Movimento em suas redes sociais. Isso porque acreditamos que tal postura não é adequada a um movimento coletivo e suprapartidário, que defende os valores que diz serem os seus e que se apresenta como uma alternativa ao debate polarizado, intolerante e radical.

10. Compreendemos que informações falsas e declarações incendiárias a respeito do Movimento devem ser rebatidas pública e veementemente, mas sem apelar para discurso beligerante ou termos vazios, como "*cartilha ideológica*" e "*velha política*".

Acreditamos que as acusações infundadas contra o Movimento deveriam ter sido respondidas com fatos, dados e transparência.

11. Na nossa visão, o **Acredito** deve se pautar, ao fazer qualquer publicação em suas redes sociais, pelos mesmos princípios que regem sua organização interna, com serenidade, transparência, parcimônia, seriedade e **compromisso com valores, não com pessoas**. Sendo assim, também **manifestamos nosso descontentamento com a postura do Movimento Acredito em suas redes sociais**.

12. Acreditamos que é possível construir a política de uma forma diferente, com diálogo e comunicação, baseada em dados e evidências, e - principalmente - com respeito à pluralidade. É por esta razão que, diante do ocorrido, manifestamos nossa opinião divergente de forma pública, sem que isso implique rompimento com o **Acredito** ou com suas lideranças.

Seguimos em frente tendo no horizonte um Movimento mais transparente e, principalmente, que dialogue mais com sua base. **Nós Acreditamos!**

São Paulo, 18 de julho de 2019

ASSINATURAS:

- 01 - Ataíde Roberto - São Paulo
- 02 - Amanda Araujo - São Paulo
- 03 - André Sarli - São Paulo
- 04 - Bruno Ipaves - Taboão da Serra
- 05 - Caique Oliveira - São Paulo
- 06 - Cristiano Calegari - São Paulo
- 07 - Danilo Sérgio de Souza - São Paulo
- 08 - Elisandro José Tavares - Barueri
- 09 - Erick Santos - São Paulo
- 10 - Guilherme Travassos - São Paulo
- 11 - Iury Carvalho - São Paulo
- 12 - Isaac Santos - Baixada Santista
- 13 - Jefferson Julio Ramalho – São Paulo
- 14 - Jeferson Rodrigues - São Paulo
- 15 - João Victor Teixeira - São Paulo
- 16 - Lucas Pereira - São Paulo
- 17 - Lucas S. N. Andrade - São Paulo
- 18 - Luís Eduardo Diaz - Marília
- 19 - Luiz Carlos Silva Barbosa - São Paulo
- 20 - Marco Martins - São Paulo
- 21 - Maria Vitória - São Paulo
- 22 - Maurício Tintori - Santo André
- 23 - Mayara Torres - São Paulo
- 24 - Nathalia Bertoto - São Paulo
- 25 - Raphael Ferrer - São Paulo
- 26 - Rogério Evangelista - Guarulhos
- 27 - Waldyelisson Caixeta - São Paulo